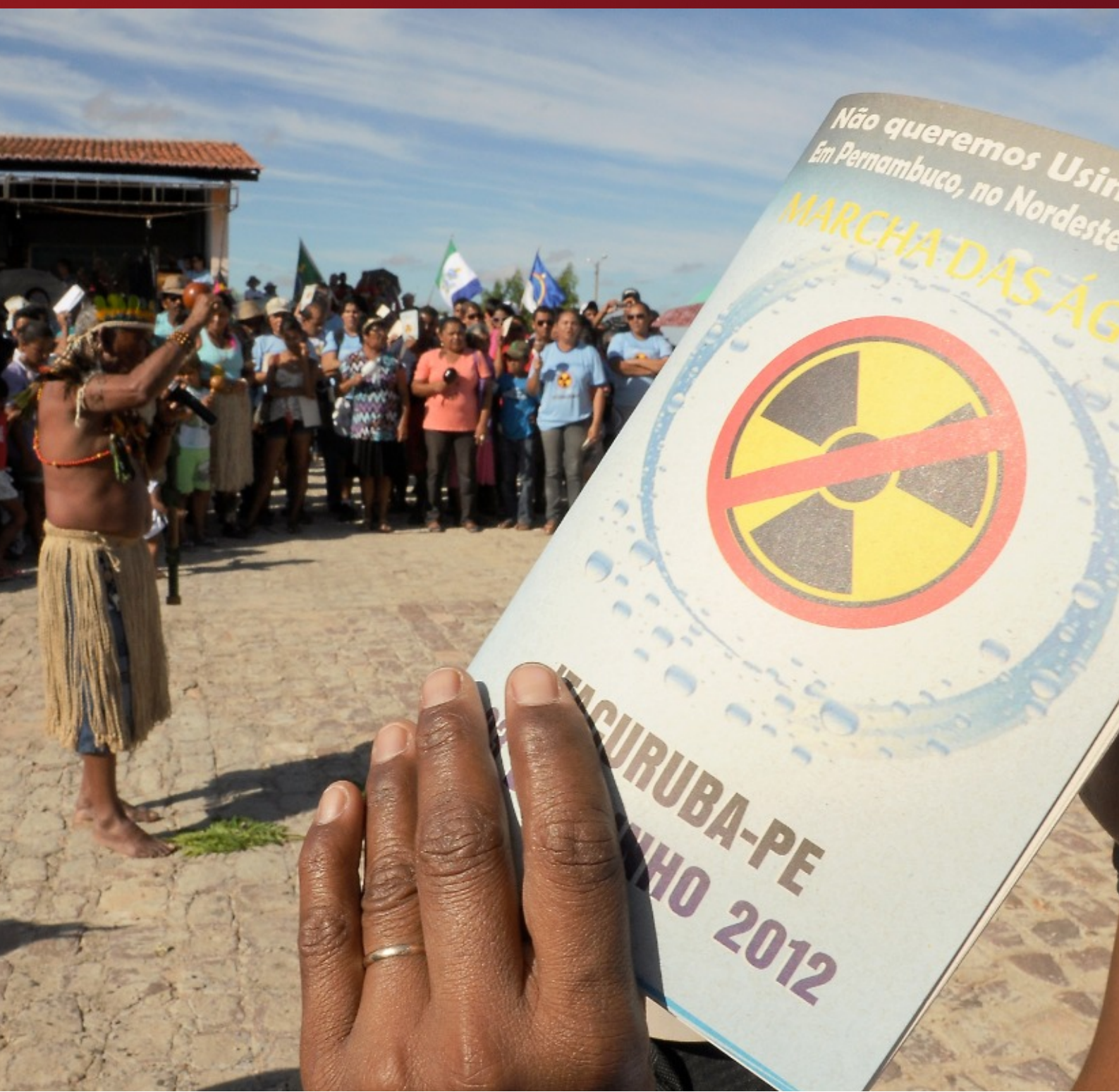


# A QUESTÃO DA USINA NUCLEAR EM ITACURUBA

Hélio Lúcio Dantas da Silva



S586q Silva, Hélio Lúcio Dantas da.  
A questão da usina nuclear em Itacuruba [recurso eletrônico]  
/ Hélio Lúcio Dantas da Silva, 2023.  
41 p. : il.

ISBN XXX-XX-XXXXXX-X-X (E-Book)  
Originalmente apresentado como Relatório técnico de  
Mestrado Profissional em História.

1. Itacuruba - História. 2. Usinas nucleares - Itacuruba.  
2. Política e governo - Itacuruba. 3. Educação ambiental.  
4. Minorias. 5. Igreja Católica. I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

# Sumário

Introdução: Ameaça ou Esperança	02
1. Itacuruba e suas especificidades	05
2. O plano nuclear em Itacuruba	10
3. A mobilização social	18
4. A discussão político-jurídica	24
Considerações finais	37
Listagem de fontes e acervos	39

# Introdução: Ameaça ou Esperança

No estudo sobre a refundação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, no curso de Mestrado em História na UNICAP, chamou-nos a atenção a forte atuação da comissão na mobilização contra a instalação de usina nuclear no Município de Itacuruba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco é um grande palco para os debates sobre a questão nuclear em Pernambuco desde os últimos anos da década de 80, no período que antecedeu a promulgação da Constituição do Estado de Pernambuco.

A decisão de implantar a usina nuclear em Itacuruba oriunda do governo federal, com apoio político e técnico, foi veemente refutada com a Marcha das Águas, em 03 de junho de 2012. Em 2019, a discussão foi retomada com a apresentação de PEC estadual para respaldar o intento nuclear em solo pernambucano. No ano de 2021, houve o ajuizamento de duas ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal com o objetivo de retirar o obstáculo que a norma estadual apresenta ao projeto nuclear em território pernambucano.

A discussão sobre o tema acaba por trazer à baila uma eventual contraposição entre a ecologia e a economia.

A cidade de Itacuruba tem sua história marcada pela inundação decorrente da Usina Hidrelétrica de Itaparica e a reconstrução em novo local com reflexo na vida de todos os moradores, especialmente nos povos indígenas e quilombolas.

Na mobilização contra o propósito nuclear em Itacuruba se articulam povos indígenas e quilombolas, Igreja Católica, cientistas e pesquisadores, políticos de diferentes partidos, pescadores etc.

Por outro lado, os apoiadores elencam os pontos positivos que poderiam trazer para a região, com a geração de emprego e renda, bem como a ampliação da capacidade energética do Nordeste.

A análise da questão nuclear em Itacuruba pode ser realizada por meio do filtro que as categorias históricas, espaço da experiência e horizonte de expectativas, apresentadas por Koselleck e Ricoeur, nos fornecem e que nos propicia uma melhor compreensão do assunto.

Utiliza-se a expressão espaço para a experiência porque aglomera um enorme conjunto de coisas conhecidas nos quais muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes sem que haja referência a um antes ou depois. O espaço permite múltiplos percursos em todas as direções.

O espaço de experiência traz as lembranças da antiga Itacuruba, as promessas dos benefícios que a população teria com a edificação da nova cidade para a inundação da antiga por conta da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Dois conceitos, duas palavras, resumem o espaço de experiência do povo de Itacuruba, traição e exílio.

Expectativa é o futuro transformado em presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. O temor, a esperança, o desejo, o projeto, a preocupação, fazem parte da expectativa. A metáfora do horizonte reflete uma linha por trás da qual se apresenta um novo espaço de experiência que ainda não pode ser contemplado e que se afasta de nós à medida que caminhamos em sua direção.

O horizonte de expectativas apresenta o temor de mais uma entre outras agressões contra populações que nem sequer conseguiram demarcar seu território. A luta é outro conceito bastante presente entre o povo de Itacuruba que se vê diante de reiteradas ameaças.

Nesse e-book, vamos contar um pouco da história sofrida da cidade de Itacuruba, de como ela se tornou a escolha para a instalação do projeto nuclear e a disputa política, jurídica e social em torno da questão.



# Capítulo 1: Itacuruba e suas especificidades

*Figura 1: Foto do Rio São Francisco*



*Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2019).<sup>1</sup>*

O Rio São Francisco, também conhecido como o grande Opará pelos povos indígenas, é de extrema importância para o “Bem Viver dos Povos”, tanto do ponto de vista material quanto religioso. É possível observar uma grande área de ocupação tradicional ao longo do rio, com a presença de vários sítios arqueológicos. No entanto, a região sempre foi objeto de desejo da colonização, com interesses na água, o que favoreceu a implantação de cidades e áreas de produção agrícola e pastoril em detrimento dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais.

A partir da década de 1950, várias hidrelétricas foram construídas ao longo do Rio São Francisco, desde Minas Gerais e passando pela Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Uma dessas barragens, a barragem de Itaparica, teve suas comportas fechadas

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/cinco-cidades-de-pernambuco-recebem-a-segunda-etapa-da-fiscalizacao-preventiva-integrada-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

em 1988, provocando a inundação de extensas faixas de várias cidades às margens do rio, alagando parte do território tradicional do povo Pankará Serrote dos Campos, inclusive a cidade da antiga Itacuruba.

Conseqüentemente, os povos do Opar  foram forçados a deixar seus territórios tradicionais e muitas famílias foram removidas para outras localidades, sendo alojadas nas chamadas Agrovilas, construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

**Figura 2:** Foto do centro e da Igreja da Velha Itacuruba



Fonte: Domínio público, (s/d).

**Figura 3:** A Velha Itacuruba inundada



Fonte: Arquivo Pessoal do G1, foto de Chico Rasta.<sup>2</sup>

**Figura 4:** Ruínas encontradas da Velha Itacuruba



Fonte: Arquivo Pessoal do G1, foto de Luiz Netto.<sup>3</sup>

O município de Itacuruba foi reconstruído pela CHESF para abrigar a população desalojada da antiga Itacuruba que foi inundada para a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

Atualmente, Itacuruba está situada na microrregião do Sertão de Itaparica - PE, com aproximadamente 5.000 habitantes.

**Figura 5:** Mapa do Município de Itacuruba no Sertão de Itaparica - PE.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2019).

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2016/12/fotografo-encontra-ruinas-de-centro-historico-submerso-no-velho-chico.html>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2016/12/fotografo-encontra-ruinas-de-centro-historico-submerso-no-velho-chico.html>>. Acesso em: 27 de março de 2023.



**Figura 6:** Igreja Nossa Senhora do Ó, na Nova Itacuruba



Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “Fala PE” (2020).<sup>4</sup>

O projeto de desenvolvimento apresentado para a população foi intitulado “mudar para melhor”. A promessa não foi cumprida e dentre as consequências danosas registradas pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) estão a maior taxa de suicídio no Brasil e 63% da população com sofrimento mental.

Outro fato marcante foi o deslocamento dos habitantes ligados à produção agrícola para projetos de irrigação distantes ou foram reassentados no novo município sem área para plantar.

O céu límpido tornou a cidade adequada para figurar no mapa astronômico mundial e nele se situa o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (Oasi).

**Figura 7:** Cúpula do Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI)



<sup>4</sup> Disponível em: < <https://falape.com/verba-destinada-a-compra-de-ambulancia-para-itacuruba-retorna-devido-falha-da-prefeitura/>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

*Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “InfoEscola” (2019)<sup>5</sup>*

A cidade é desprovida de linhas de ônibus e a rodovia federal mais próxima está a 12 km do centro urbano, fato que dificulta sobretudo a mobilidade dos seus habitantes.

Na nova Itacuruba três grupos se reconhecem como quilombolas: Negros de Gilu, Ingazeira e Poço dos Cavalos e três grupos se reconhecem como indígenas: Pankará no Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú.

Jorge Pankará assim retrata a população de Itacuruba: “existem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, toda a população ali em torno de onde quer ser feita a usina nuclear”.

Além da história sofrida da cidade, Itacuruba foi escolhida pela Eletronuclear para a instalação de usina nuclear no Nordeste.

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://www.infoescola.com/astronomia/observatorio-astronomico-do-sertao-de-itaparica/>> Acesso em: 27 de março de 2023.

# Capítulo 2: O projeto nuclear em Itacuruba

*Figura 8: Projeção da Eletronuclear para a usina em Itacuruba*



*Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “Marco Zero” (2019)<sup>6</sup>*

A questão nuclear em Pernambuco remonta à década 80 do século XX. Em 1987 aconteceu um grande acidente radiológico em Goiânia com césio-137 e o governo federal pretendeu depositar o lixo atômico no município de Floresta, vizinho à Itacuruba, conforme registro do Diário Oficial do Estado do dia 25 de novembro. A mobilização sociopolítica bem articulada redundou na estipulação consubstanciada no art. 216 da Constituição do Estado de Pernambuco que veda a instalação de usinas nucleares em Pernambuco enquanto não se esgotar a capacidade de produção de energia hidrelétrica ou de outras fontes.

No ano de 2006 volta ao debate o Plano Nuclear Brasileiro, ocasião que é projetada a Central Nuclear do Nordeste e ganhou espaço no primeiro mandato de Eduardo Campos como governador de

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://marcozero.org/itacuruba-se-mobiliza-contr-usina-nuclear-no-sertao-nordestino/> >  
Acesso em: 27 de março de 2023.

Pernambuco, momento em que o estado foi escolhido para o empreendimento de construção de energia nuclear.

*Figura 9: Foto do engenheiro Carlos Henrique Mariz*



*Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “João Alberto” (2022)<sup>7</sup>*

No dia 19 de janeiro de 2011, o engenheiro Carlos Henrique Mariz, no momento diretor da Eletronuclear no Nordeste, assinou o documento “A Rota da Expansão da Energia Nuclear no Nordeste”, que elencou a cidade de Itacuruba como a primeira opção para a instalação de uma usina nuclear do Nordeste.

Segundo o documento, o local reúne as melhores condições por contar com solo estável, oferta de água em abundância, necessária para resfriar os reatores e também estar localizado nas proximidades das linhas de transmissão da CHESF. Além disso, a usina nuclear geralmente é instalada em uma área de baixa densidade populacional, para que seja possível a retirada da população próxima da planta industrial em caso de emergência. De acordo com o estudo da Eletronuclear, a execução do projeto nuclear aumentaria sobremaneira a renda na cidade, com a geração de diversos empregos na fase de construção e funcionamento da

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://www.joaualberto.com/2022/11/09/carlos-mariz-fala-de-energia-nuclear-hoje-na-tv-tribuna/>> Acesso em: 27 de março de 2023.



usina e, apesar de ser um investimento bilionário, a previsão de lucro é altíssima.

O engenheiro Carlos Henrique Mariz afirmou que a central nuclear em Itacuruba é um importante projeto para a segurança energética no Nordeste, sustentável e com grande impacto no desenvolvimento regional. Alegou, ainda, que as usinas nucleares são extremamente seguras, pelo baixo risco de acidentes, e é uma das fontes que menos emite CO<sub>2</sub>.

Ocorre que, após o acidente nuclear na usina de Fukushima I, no Japão, ainda em 2011, houve um esfriamento do projeto, mas a discussão voltou a tomar força em 2019, com a nomeação do Almirante de Esquadra Bento de Albuquerque como Ministro de Minas e Energia, que sinalizou no Plano Nacional de Energia 2050 a criação de fontes atômicas de energia. Além disso, por meio de nota oficial, anunciou o plano de retomada das obras de Angra 3 e de construção de quatro a oito novas usinas nucleares no Brasil, incluindo Itacuruba.

**Figura 10:** Foto do ex-Ministro de Minas e Energia, Bento de Albuquerque.



Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico do Ministério de Minas e Energia (2019).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Disponível em: < [http://antigo.mme.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/-/asset\\_publisher/q1TDdZb8mAGY/content/bento-costa-lima-leite-de-albuquerque-juni-1](http://antigo.mme.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/-/asset_publisher/q1TDdZb8mAGY/content/bento-costa-lima-leite-de-albuquerque-juni-1)> Acesso em: 27 de março de 2023.

De acordo com o então ministro, as ações com vistas a impulsionar o Programa Nuclear Brasileiro contaram com o apoio irrestrito do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que identificou o desenvolvimento do setor nuclear como uma das prioridades de sua gestão. Bento Albuquerque considera que o setor nuclear é um pilar de estratégia de desenvolvimento sustentável, que gera emprego e renda e que contribui, decisivamente, para a descarbonização da matriz energética, fornecendo energia de base, com alto grau de confiabilidade e operando continuamente.

*Figura 11: Foto do professor Carlos Alberto Brayner.*



*Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico do Governo Federal (2019)<sup>9</sup>*

Carlos Alberto Brayner, professor titular do Departamento de Energia Nuclear da Universidade de Federal de Pernambuco (UFPE) cedido para ser diretor do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCNN), afirma que “o Nordeste já sofreu apagões por conta da crise energética. Não há mais onde se construir hidrelétricas na região. Apenas 1,7% da energia brasileira é nuclear, quando o ideal seria de pelo menos 10%. A energia solar e a eólica são boas alternativas, mas são intermitentes, dependem da natureza para funcionar. A nuclear é uma energia limpa e perene”.

---

<sup>9</sup> Disponível em: < <https://www.gov.br/cnen/pt-br/assunto/ultimas-noticias/novo-diretor-do-crcn-ne-toma-posse>> Acesso em 27 de março de 2023.

Para ele, o desastre de Fukushima representou um ponto de inflexão na história das usinas nucleares. Após o acidente, causado por um erro no projeto, o Japão desativou todas as suas usinas nucleares e a Alemanha tentou seguir o mesmo caminho. No entanto, Brayner ressalta que essa decisão é extremamente difícil de ser implementada, e que o Japão já reativou algumas usinas, agora com mais segurança. Ele afirma que para haver um vazamento, é necessário que ocorra uma combinação de fatores e nunca há apenas uma causa. Além disso, Brayner destaca que o descarte de resíduos nucleares é um grande desafio enfrentado pela indústria.

O lixo gerado é altamente reativo, o que faz com que tenha que ser armazenado por um longo período e em condições extremamente seguras.

Em Angra I e Angra 2, por exemplo, os resíduos nucleares são armazenados dentro das próprias instalações, uma vez que o descarte é custoso e requer locais extremamente seguros. Essa prática também é adotada em países como a França, onde cerca de 70% da energia consumida é gerada por fontes nucleares. Na Suécia, por outro lado, os resíduos nucleares são acondicionados em caixas de chumbo e depositados em cavernas subterrâneas próximas ao mar.

*Figura 12: Foto do professor aposentado Heitor Scalabrini.*



*Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “Espaço Ecológico” (2022)<sup>10</sup>*

Por sua vez, o Professor aposentado de Engenharia Elétrica do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) da UFPE, o físico Heitor Scalabrini, discorda radicalmente da necessidade de o Brasil usar energia nuclear. Ainda mais no sertão, onde há baixo volume de chuvas e mais de 300 dias de sol por ano – um prato cheio para a energia solar.

“Não vejo nada de bom em relação a uma usina nuclear. Países que foram importantes para o desenvolvimento da tecnologia já estão abandonando-a ou buscando outras formas de energia. É uma tecnologia que traz intrínseca com ela a possibilidade de acidentes que produzem efeitos devastadores. Se há vazamento do interior do reator para o meio ambiente, como ocorreu em Chernobyl, as consequências se prolongam por milhares e milhares de anos. Podemos correr esses riscos com o São Francisco? Um rio que tem uma bacia de 2.700 quilômetros, que corta sete estados e 506 municípios, onde moram 20 milhões de pessoas?”, questiona.

Outro receio dos ativistas é um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que destina 10% do faturamento bruto da exploração de energia nuclear para estados, municípios-sede e municípios vizinhos e onde forem depositados rejeitos nucleares.

Com a volta das movimentações para novas usinas nucleares no Brasil, o projeto poderia ser desarquivado e o dinheiro dos royalties poderia convencer estados e prefeituras a receberem os empreendimentos. “É um projeto de 2011, que ficou esquecido, mas já está caminhando rápido. Em dezembro mesmo houve movimentação. Imagina quanto dinheiro é 10% do faturamento de uma usina?”, questiona a advogada Gabriela Santos, da Comissão da Pastoral da Terra.

Em setembro de 2019 foi apresentada a Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Pernambuco (PEC 9/2019) com o propósito de permitir a instalação de usinas nucleares em Pernambuco numa investida política para se retirar o óbice jurídico que a Constituição Estadual apresenta.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://espacoecologico.com.br/energia-eolica-e-tema-de-entrevista-com-heitor-scalabrini-costa-no-espaco-ecologico/>> Acesso em: 27 de março de 2023.



Em junho de 2021, o Procurador-Geral da República ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6897) postulando a declaração da inconstitucionalidade do art. 216 da Constituição do Estado de Pernambuco com o mesmo objetivo da PEC 9/2019, qual seja, possibilitar a instalação de usina nuclear no território pernambucano. Em julho de 2021, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6933) com o mesmo objetivo.

O Supremo Tribunal Federal julgou em 04 de novembro de 2021 as ADIs movidas pelo Procurador-Geral da República e pelo PTB e declarou a inconstitucionalidade da norma pernambucana, afastando o entrave jurídico que perdurou quase 32 anos.

*Figura 13: Usinas nucleares em Angra dos Reis (RJ).*



Fonte: Foto de Brenno Carvalho/Ag. O Globo, retirado do Sítio Eletrônico “O GLOBO” (2023)<sup>11</sup>

Em março de 2023, de acordo com a matéria veiculada pelo jornal O GLOBO, veio à tona que a Eletronuclear não relatou imediatamente aos órgãos fiscalizadores um vazamento de material radioativo que ocorreu em setembro de 2022 na usina nuclear de Angra 1,

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/google/amp/brasil/noticia/2023/03/eletronuclear-deixa-de-informar-vazamento-de-material-radioativo-no-mar-e-vira-alvo-na-justica.ghtml>> Acesso em: 27 de março de 2023.

resultando no lançamento de água contaminada na Baía de Itaorna, em Angra dos Reis. A estatal, que é responsável pela gestão das usinas nucleares do país, só informou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) sobre o incidente 21 dias após o ocorrido.

Em razão do acontecimento, o procurador da República, Aldo de Campos Costa, moveu uma ação civil pública na Justiça Federal em Angra dos Reis contra a Eletronuclear, alegando que a empresa agiu com falta de transparência e irresponsabilidade na comunicação do acidente nuclear.

Uma denúncia anônima chegou a ser feita em setembro de 2022 e a Eletronuclear chegou a enviar uma nota a um veículo de imprensa que noticiou o caso classificando a denúncia anônima como "inverídica".

Posteriormente, a Eletronuclear alegou que um "pequeno volume" do material lesivo foi "lançado de forma involuntária no sistema de águas pluviais" e que se tratou de um "incidente operacional", sem a necessidade de cumprir o "rito de notificações que seriam obrigatórias em caso de acidente" e que, após analisar o episódio, não foi encontrado "nenhum resultado significativo".

Segundo o Ministério Público Federal, a nota divulgada pela Eletronuclear à imprensa indica que houve uma tentativa de ocultar o vazamento de material radioativo.

O prefeito Fernando Jordão relatou "sou prefeito de Angra, onde ficam as usinas, e em nenhum momento fui informado sobre o caso, nem a Defesa Civil ou o Centro Integrado de Informações Estratégicas em Saúde. As responsabilidades precisam ser apuradas."

# Capítulo 3: A mobilização social

*Figura 14: Foto da manifestação “Marcha das Águas” contra a instalação de usina nuclear em Itacuruba - PE.*



*Fonte: Foto de João Zinclar, retirada do Sítio Eletrônico “Ecodebate” (2012)<sup>12</sup>*

O dia 03 de junho de 2012 foi marcado por um dia de luta e afirmação da vontade popular em Itacuruba, em que indígenas, quilombolas e diversos movimentos sociais, inauguraram a Cúpula dos Povos no sertão pernambucano e caminharam juntos na chamada “Marcha das Águas” para protestar contra a construção da usina nuclear em Pernambuco.

O relato dos manifestantes é o de que uma usina nuclear só tende a piorar o que já é ruim e não querem mais uma obra que destrói a biodiversidade, contamina as águas, polui o ar, ameaça as pessoas e ainda pode gerar lixo atômico para gerações futuras nos próximos 100 anos. Eles destacam que até hoje centenas de família sofrem

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/06/06/marcha-das-aguas-2012-carta-de-itacuruba-o-povo-nao-quer-usina-nuclear/>> Acesso em: 27 de março de 2023.

com os desmantelos causados pela Barragem de Itaparica e que tudo que prometeram à população de Itacuruba falhou, nenhuma grande obra os ajudou. Para eles, a energia termonuclear é insustentável e temos, como nenhum outro país, muitas e diversificadas fontes de energia: a biomassa, solar, eólica, das marés – a serem desenvolvidas com respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Com o retorno do debate da intenção do governo federal em desenvolver a energia termonuclear no país, mais de 100 organizações, entre elas o Conselho Pastoral dos Pescadores, expressaram sua oposição à construção de novas usinas nucleares, especialmente no município de Itacuruba, em Pernambuco. Isso veio em resposta aos comentários feitos pelo secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Reive Barros, durante o World Nuclear Spotlight realizado no Rio de Janeiro em 03/04/2019. Na ocasião, ele mencionou que a Eletronuclear havia avaliado Itacuruba, localizado no sertão de Pernambuco, para receber uma nova central nuclear.

Na carta divulgada, organizações e movimentos sociais questionam a existência de estudos sobre a área, já que nunca foram divulgados e a população local, que seria diretamente atingida, também nunca foi consultada e cientificada.

"Destacamos ainda que na localidade existem 3 povos indígenas e 3 comunidades quilombolas, que pela Convenção 169 da OIT devem ser consultadas previamente sobre a construção de grandes obras no local", revela o documento.

Outra preocupação apresentada na carta, diz respeito aos possíveis efeitos da construção de um grande empreendimento no local, já que a população local já passou por um grande deslocamento populacional para a construção da barragem de Itaparica, na década de 80.

“Com isso, gerou um forte empobrecimento local e demonstrou uma desastrosa política de realocação da população, sobretudo com o grave desrespeito aos povos e comunidades tradicionais existentes. O resultado disso é um município que possui um alto índice de depressão e a absurda taxa de suicídio de 26,6 pessoas a cada 100



mil habitantes, enquanto a média do estado é de 3,6, sete vezes menor, segundo dados do CREMEPE (Conselho Regional de Medicina de Pernambuco)", afirma o documento.

*Figura 15: Membros da tribo indígena Pankará.*



*Fonte: Foto de Caroline Mendonça, retirada do Sítio Eletrônico "Jornal do Brasil" (2019)<sup>13</sup>*

Além das comunidades indígenas e quilombolas da região, uma parcela significativa da Igreja Católica também tem se posicionado contra o empreendimento no semiárido de Pernambuco, que é considerada a região mais pobre do estado, principalmente por temer a ocorrência de acidente nuclear.

Nas missas de domingo, na Igreja da Nossa Senhora do Ó, em Itacuruba, o padre Luciano Aguiar não deixa de tocar no assunto. "Eu sempre falo sobre o tema. Somos contra a usina porque acreditamos na defesa da vida. O povo indígena será deslocado. Alguns já vivem em estado de miséria."

Em 13 de outubro de 2019, o religioso entregou pessoalmente uma carta ao papa Francisco após uma cerimônia de canonização de

<sup>13</sup> Disponível em: < [https://www.jb.com.br/ciencia\\_e\\_tec/ecologia/2019/12/1020601-contra-usina-nuclear--indios-buscam-ate-o-papa.html](https://www.jb.com.br/ciencia_e_tec/ecologia/2019/12/1020601-contra-usina-nuclear--indios-buscam-ate-o-papa.html) > Acesso em: 27 de março de 2023.

Irmã Dulce, no Vaticano. “Tive sorte. Consegui entregar a ele uma carta que fala dos problemas da instalação da usina aqui. Um assessor já entrou em contato conosco e estamos esperando para falar com o papa”, relatou o padre.

*Figura 16: Foto de Dom Limacêdo Antonio da Silva.*



Fonte: Foto de Paulo Trigueiro/Esp. DP/D.A Pres, retirada do Sítio Eletrônico do Diário de Pernambuco (2019)<sup>14</sup>

No fim de novembro de 2019, Dom Limacêdo, bispo auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife, apresentou a “Carta de Floresta” em reunião com a então vice-governadora, Luciana Santos e o então presidente da OAB, Bruno Baptista. O documento é resultado de debates promovidos pela Igreja em Itacuruba e Floresta (PE) para discutir a implantação do empreendimento. O evento mobilizou povos tradicionais da região do Sertão de Itaparica, estudiosos do tema, políticos, além de leigos e religiosos.

“....Sentimos, nas falas deste povo, o drama de quem desejaria mostrar suas forças e energias para o presente e o futuro, mas não tem perspectivas. Esse povo não sente a necessidade de usina nuclear, não acredita em promessas que já ouviu trinta anos atrás e

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/01/bispo-auxiliar-da-arquidiocese-de-olinda-e-recife-dom-limacedo-assum.html>> Acesso em: 27 de março de 2023.

que resultaram na situação problemática em que hoje vive. Progresso não pode ser palavra bonita, mas vazia, não pode significar imposição de um modelo de vida baseado no ter e que acarreta problemáticas sociais muito fortes. Com quais instrumentos de conhecimento, com quais estruturas sociais o povo de Itacuruba e região irá enfrentar a transformação decorrente da chegada de muitas pessoas na sua terra? Quais serão as possibilidades de desenvolver harmoniosamente a sua vida no futuro próximo? ...”, expõe a carta.

A Diocese de Floresta (PE) promoveu uma série de lives, transmitidas no YouTube, para discutir sobre os impactos que a instalação de uma usina nuclear no município de Itacuruba pode causar à população local. A iniciativa do evento teve o apoio da TV Raízes da Cultura e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que retransmitem os debates em suas redes sociais.

**Figura 17:** Foto da Professora Fátima Pinel.



Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “Jornalistas Livres” (2020)<sup>15</sup>

No início de 2020, Itacuruba recebeu palestra sobre os impactos sociais da usina nuclear. A professora da Universidade Federal

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/usina-nuclear-pe/>> Acesso em: 27 de março de 2023.



Fluminense (UFF), Fátima Pinel, afirma que “tenho estudos acadêmicos-científicos para afirmar, como também evidenciar, porque sou totalmente contra a construção da usina nuclear no entorno de Itacuruba, local escolhido estrategicamente pela presença do urânio 235. Esta usina provavelmente gerará empregos radioativos, contaminação e radiação para o entorno, como câncer no pulmão e tireoide, vide o caso de Caetité na Bahia, além da morte do Rio São Francisco”.

“Como consequência das pressões internacionais, que exigem um planeta livre da radiação dos acidentes fatais nucleares, como vimos o exemplo Fukushima e Chernobyl, estas usinas estão sendo desativadas em países desenvolvidos, o que é um processo complexo, duradouro e caro, devido aos resíduos tóxicos que permanecem durante décadas na natureza” conclui.

Em entrevista com “Jornalistas Livres”, Angelo Bueno, do Conselho Indigenista (CIMI), pontou “como é que essa população será empregada se ninguém tem especialização em energia nuclear? Lógico que esses empregos serão pra quem é de fora!”.

Valendo-se de mobilizações na esfera pública, através de uma articulação que envolve movimentos sociais locais, fóruns e redes com divulgação através das mídias tradicionais e redes sociais da internet.

Com destaque ao perfil no instagram @usinanuclearnao já conta com mais de mil seguidores, se intitula como "articulação antinuclear em PE", buscando informar a população e lutar contra a instalação de usina nuclear no estado.

Com postagens informativas, o perfil relembra desastres nucleares ocorridos no mundo, como o de Chernobyl, alerta os perigos inerentes nas usinas nucleares, combate às fakenews e divulga as movimentações dos políticos em torno da questão.



# Capítulo 4: A disputa político jurídica

**Figura 18:** Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



Fonte: Divulgada pela ALEPE, retirada do Sítio Eletrônico da Câmara dos Deputados (2021)<sup>16</sup>

A discussão sobre a instalação de usinas nucleares no Brasil foi presente na Assembleia Nacional Constituinte que redundou na previsão constitucional da competência legislativa da União e a exploração realizada por meio de monopólio da União. Posteriormente, os estados e o Distrito Federal legislaram sobre a matéria em suas constituições e por meio de leis ordinárias.

O art. 216 da Constituição de Pernambuco estabelece que só será admitida a instalação de usina nuclear em território pernambucano após o exaurimento do potencial hidrelétrico e de outras fontes.

Após a manifestação do governo federal em retomar o projeto nuclear no país, os deputados estaduais de Pernambuco debateram

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/796249-comissao-da-reforma-administrativa-realiza-nesta-sexta-feira-seminario-regional-em-pernambuco/>. Acesso em: 27 de março de 2023.

em diversos momentos sobre a construção da usina nuclear em Itacuruba.

**Figura 19: Doriel Barros (PT).**



*Foto: Roberto Soares, retirada do Blog de Jamildo – Jornal do Commercio (2019)<sup>17</sup>*

“Seria mais uma tragédia para o município, que já sofreu com a implantação de hidrelétrica na região. Com uma usina nuclear às margens do Rio São Francisco, qualquer problema ali poderia destruir toda a área”, avaliou o petista Doriel Barros.

**Figura 20: Teresa Leitão (PT).**



*Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “Poder 360” (2022)<sup>18</sup>*

Teresa Leitão (PT) considerou que a usina “só trará riscos para a região” e que é preciso respeitar as tribos indígenas do Sertão de

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2019/02/12/doriel-barros-e-eleito-para-comissao-de-agricultura-da-alepe/index.html>> Acesso em: 27 de março de 2023.

<sup>18</sup> Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/eleicoes/senadora-eleita-do-pt-quer-lula-com-70-em-pernambuco/>> Acesso em: 27 de março de 2023.

Itaparica. João Paulo (PCdoB) observou que, segundo especialistas, “o Nordeste conseguiria abastecer o Brasil inteiro, utilizando apenas energia solar”.

Alberto Feitosa, por sua vez, ressaltou que o debate sobre a usina também precisa considerar exemplos internacionais a respeito do uso de energia proveniente de matriz nuclear. "Na Rússia, a energia elétrica é vendida a custo baixo, com grande uso da matriz nuclear. E, na França, temos regiões com produção de vinho renomado no mundo inteiro, subsidiado pelas usinas nucleares instaladas nas proximidades", citou. “Temos que levar em conta que os recursos financeiros gerados por uma usina podem ser utilizados para suprir as carências de tribos indígenas”, pontuou o deputado.

**Figura 21:** Antônio Fernando (PP)



Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico da ALEPE(s/d)<sup>19</sup>

Em audiência pública, o parlamentar Antônio Fernando esclareceu que os rejeitos produzidos pela usina nuclear – objeto de preocupação de muitos dos que se opõem ao projeto – podem ser vendidos para outros países, que os reutilizam. “O urânio utilizado pela usina tem valor agregado, e países como o Japão têm interesse em importá-lo”, informou. Sobre os riscos da planta, Fernando garantiu, a título de comparação, que eles são menores que os oferecidos pelo Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes à população que mora na Região Metropolitana.

<sup>19</sup> Disponível em: < <https://www.alepe.pe.gov.br/parlamentar/antonio-fernando/> > Acesso em: 27 de março de 2023.



**Figura 22: Alberto Feitosa (PL)**



*Foto: Roberta Guimarães, retirada do Sítio Eletrônico da ALEPE (2019)<sup>20</sup>*

O deputado Alberto Feitosa apresentou, em setembro de 2019, proposta de emenda à Constituição de Pernambuco, a PEC 9/2019, que objetiva dar nova redação ao artigo 216, passando a dispor: "O Estado fomentará projetos e atividades de geração de energia de fontes renováveis, que se mostrem eficazes e economicamente competitivos, priorizando o equilíbrio socioambiental, mediante concessão de incentivos fiscais e financeiros."

Segundo as justificativas da proposta, embora a atual redação do artigo tenha como prerrogativa fundamental a segurança e equilíbrio ambientais, sua redação fere o art. 21, XII, alínea B da CF/88, que define a competência privativa da União para autorizar ou permitir os serviços e instalações de energia e aproveitamento energético, bem como o art. 22, XXVI, que prevê a competência privativa da União para legislar sobre atividades nucleares. Além disso, se mostra em total contrassenso com os arts. 139 e 203 da própria Constituição Estadual, que tratam sobre o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico de Pernambuco.

<sup>20</sup> Disponível em: < <https://www.alepe.pe.gov.br/2019/10/07/especialistas-e-deputados-defendem-instalacao-de-usina-nuclear-em-itacuruba/>> Acesso em: 27 de março de 2023.



De acordo com a proposta, a vedação trazida na redação do art. 216 da Constituição do Estado faz com que, em Pernambuco, deixe de ser aproveitado uma matriz energética cuja utilização é ecologicamente mais benéfica, e cujos parâmetros atuais de segurança são avançados, com base em acontecimentos pretéritos de um período no qual a tecnologia de produção era muito menos avançada, deixando se de aproveitar uma atividade econômica capaz de trazer desenvolvimento ao Estado.

**Figura 23:** Juntas Codeputadas em escuta da população no município de Itacuruba.



Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico da Juntas Codeputadas (2019)<sup>21</sup>

As Juntas Codeputadas percorreram seis comunidades tradicionais no município de Itacuruba para realizar escutas com aproximadamente 200 pessoas na região, em outubro de 2019, em que ficou evidente o repúdio à instalação de uma central nuclear na cidade, tendo em vista, especialmente, os impactos às existências e aos projetos de futuro coletivo. É possível perceber que a “Nova” Itacuruba ainda reflete os danos causados pela Usina Hidrelétrica de Itaparica, que em 1988 realocou forçadamente toda a população que hoje somatiza problemas que vão desde a saúde pública à inoperância do Estado na demarcação dos territórios tradicionais.

**Figura 24:** Debate da Comissão de Ciência e Tecnologia da ALEPE.

<sup>21</sup> Disponível em: < <https://www.juntascodeputadas.com.br/blog/juntas-fazem-escuta-a-povos-tradicionais-em-itacuruba-contra-a-instalacao-da>> Acesso em 21 de dezembro de 2021.



*Fonte: Foto de Roberta Guimarães, retirada do Sítio Eletrônico da ALEPE (2019)<sup>22</sup>*

A proposta de instalação de uma usina nuclear em Itacuruba, no Sertão de Itaparica, foi debatida pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Alepe, em reunião extraordinária no dia 07/10/2019. Especialistas da área defenderam a instalação do empreendimento, ressaltando o desenvolvimento que o projeto pode levar à região. O deputado Alberto Feitosa, em defesa da matéria que ainda tramita na Alepe, considera que não se pode prescindir de investimentos que podem gerar milhares de empregos e trazer retorno financeiro ao Estado e aos municípios. Feitosa afirmou que o receio das pessoas em relação à instalação de uma usina nuclear em Pernambuco é proporcional ao desconhecimento que elas possuem sobre o assunto. Por isso, ele afirmou que vai sugerir ao Governo do Estado que promova ações educativas que ajudem a tirar as dúvidas da população. “O esclarecimento é fundamental para que a gente possa não só ter o equipamento, mas, também, oportunizar às pessoas opinar de maneira correta.”

O evento contou ainda com a participação do prefeito de Itacuruba, Bernardo Maniçoba, dos deputados Antonio Fernando, Henrique

---

<sup>22</sup> Disponível em: < <https://www.alepe.pe.gov.br/2019/10/07/especialistas-e-deputados-defendem-instalacao-de-usina-nuclear-em-itacuruba/>> Acesso em: 27 de março de 2023.

Queiroz Filho (PL), José Queiroz (PDT), Joel da Harpa (PP), Sivaldo Albino (PSB), Waldemar Borges (PSB) e William Brígido (REP), além de representantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade de Pernambuco (UPE).

Após visita de uma comitiva de parlamentares às usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), com o objetivo de fundamentar uma decisão acerca da instalação de empreendimento similar no município de Itacuruba, Sertão de Itaparica, a Alepe retomou o assunto no dia 21/10/2019, no debate promovido pela Comissão de Meio Ambiente, com a presença de representantes da comunidade científica, além de políticos, ambientalistas e moradores da região.

*Figura 25: Wanderson Florêncio (PSC)*



*Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico da ALEPE(s/d)<sup>23</sup>*

O presidente do colegiado, deputado Wanderson Florêncio (PSC), que é contrário à usina nuclear, destacou que o Brasil precisa investir em energia limpa e segura. Para o parlamentar, a discussão precisa ser aprofundada, pois envolve questões ambientais, econômicas e, sobretudo, éticas. “Estivemos em Angra dos Reis. Descobrimos que o lixo radioativo demora dez mil anos para se decompor e que, para concluir Angra 3, será necessário um gasto

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.alepe.pe.gov.br/parlamentar/wanderson-florencio/>> Acesso em: 27 de março de 2023.



de US\$ 15 milhões. Por que investir em algo tão caro e tão inseguro?”, indagou.

Presentes à reunião, os deputados Lucas Ramos (PSB), João Paulo (PCdoB) e Doriel Barros (PT) afirmaram ser contrários à instalação da usina nuclear no Estado. “Em caso de acidente, o Rio São Francisco morrerá”, alertou o socialista. “Em defesa da vida e da ecologia, sou contra a iniciativa”, frisou o comunista. “Os danos ambientais seriam enormes”, alertou o petista.

**Figura 26:** Isaltino Nascimento (PSB)



Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico da ALEPE(s/d)<sup>24</sup>

O deputado Isaltino Nascimento (PSB) adiantou que o Poder Executivo não foi oficialmente informado sobre a construção de uma usina nuclear em Pernambuco – inclusive porque, antes de tudo, é preciso mudar a Constituição Estadual. “Estamos em meio a muitas dúvidas. Além de precisarmos saber qual o valor do projeto e as consequências que ele trará para o meio ambiente, queremos saber quanto custará a manutenção e quem vai gerir esse centro. Para mim, até agora, a discussão tem tomado um viés político e não, técnico. Não podemos deixar que evolua dessa forma”, salientou.

---

<sup>24</sup> Disponível em: < <https://www.alepe.pe.gov.br/parlamentar/isaltino-nascimento/> > Acesso em: 27 de março de 2023.



Por sua vez, os deputados Antonio Fernando e Alberto Feitosa defenderam a iniciativa. Para Fernando, falta conhecimento sobre o tema para aqueles que são contra. “Os reatores modernos são muito seguros. As usinas de Angra existem há mais de 44 anos e nunca houve problemas”, enfatizou. “Se discutirmos tecnicamente, sem usar a emoção, veremos que o empreendimento será excelente para o Estado, pois vai gerar emprego e desenvolvimento”, acredita Feitosa, que é autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 9/2019, a fim de permitir a instalação de uma usina desse tipo no Estado.

O deputado José Queiroz (PDT), se manifestou favoravelmente ao empreendimento em Itacuruba. “Fui convencido de que o caminho do projeto nuclear brasileiro está certo, mas há muitas coisas a debater”, declarou o parlamentar.

*Figura 27: Debate sobre usina nuclear em Itacuruba (PE).*



*Fonte: captura de tela YouTube/Senado Federal<sup>25</sup>*

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, a requerimento do senador Humberto Costa (PT-PE), realizou audiência pública virtual para debater a implantação de uma usina nuclear no município de Itacuruba (PE), que contou com a participação de diversos estudiosos sobre o assunto e, inclusive, da

<sup>25</sup> Disponível em: < <https://marcozero.org/usina-nuclear-em-itacuruba-foi-tema-de-audiencia-publica-no-senado/>> Acesso em 27 de março de 2023.

cacica Lucélia Pankará que desabafou “não queremos usina nuclear em nosso território tradicional nem ao longo do nosso rio São Francisco, que vem sendo agredido continuamente e pede socorro”.

**Figura 28:** Procurador-Geral da República, Augusto Aras.



Fonte: Foto retirada do Sítio Eletrônico “Valor” da Globo.com<sup>26</sup>

Em contrapartida, o Procurador-Geral da República e o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) ajuizaram as ADIs 6897/2021 e 6933/2021, respectivamente, com o objetivo de afastar o obstáculo jurídico que a constituição estadual representa para que se possa dar seguimento ao projeto federal de instalação de usina nuclear em Itacuruba. Cumpriu à Assembleia Legislativa de Pernambuco defender a norma da constituição estadual junto ao Supremo Tribunal Federal.

A argumentação da ADI 6897/2021, ajuizada pelo Procurador-Geral da República, é a de que a União tem competência privativa para editar leis que disponham sobre atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos e localização de usinas nucleares (art. 22, XXVI, 177, parágrafo 3º, e 225, parágrafo 6º). Augusto Aras aponta a Lei federal 4.118/1962, que instituiu a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Lei federal 6.189/1974, que regula as normas sobre instalações nucleares e

<sup>26</sup> Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/02/02/procurador-geral-da-republica-augusto-aras-testa-positivo-para-covid-19.ghtml>> Acesso em 27 de março de 2023.

transporte de material nuclear, e a Lei 10.308/2001, que regula aspectos relacionados aos depósitos de rejeitos radioativos e à seleção dos locais de armazenamento.

Segundo o Procurador-Geral da República, não há espaço legislativo para que estados, Distrito Federal e municípios editem normas paralelas sobre a matéria. A disciplina pelos entes subnacionais dependeria de prévia edição de lei complementar federal, ainda não editada.

No mesmo sentido, o Partido Trabalhista do Brasil (PTB), na ADI 6933/2021, fundamenta que o dispositivo contraria os artigos da Constituição Federal que preveem a competência privativa da União para legislar sobre atividades nucleares (art. 22, inciso XXVI; 21, inciso XXIII; 177, inciso V e parágrafo 3º e 255, parágrafo 6º).

Segundo a legenda, diante do momento vivido pelo Brasil, em que vários estados enfrentam uma das piores secas das últimas décadas, é preciso discutir alternativas energéticas para possibilitar o pleno desenvolvimento do país.

Aduziu também que a crise hídrica pode obrigar a nação a ativar usinas termoeletricas, energia poluidora e de elevado custo. O partido registra, ainda, que há no Estado de Pernambuco estudos para instalação de uma usina nuclear no município de Itacuruba, com condições ideais para abrigar uma central nuclear com capacidade de geração de energia equivalente à da Companhia Hidroelétrica de São Francisco.

Em decisões publicadas em 17 de novembro de 2021 foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do dispositivo da Constituição de Pernambuco restando superada a barreira jurídica estadual à concretização do projeto nuclear em Itacuruba, remanesce no Estado de Pernambuco a batalha política.

Não obstante o aparente encerramento do embate jurídico após o pronunciamento da Corte Suprema, o §6º do art.225 da Constituição Federal estabelece que lei federal definirá a localização de usinas que operem com reator nuclear; por conseguinte, enquanto não for editada essa lei definindo os locais para a operação de reator nuclear não poderá ser construída usina nuclear.

A mobilização antinuclear é múltipla, inclui movimentos sociais dos povos indígenas e quilombolas, entidades, pesquisadores, deputados estaduais e deputados federais de Pernambuco, além do Senador Humberto Costa, todos no momento sob a coordenação da CNBB Regional Nordeste 2 por meio da sua Comissão Regional para Ação Sociotransformadora.

**Figura 29:** Ministras do Governo do Presidente Lula.



Foto de José Cruz/Agência Brasil, retirada do Sítio Eletrônico “JOTA” (2023)<sup>27</sup>

No ano de 2023, houve uma grande alteração na conjuntura política decorrente da posse do novo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A nova postura governamental é antípoda em relação à conduta do governo anterior que desconsiderava ou desdenhava dos povos indígenas e quilombolas. Exemplo emblemático é a operação de guerra contra a fome extrema do povo yanomami como forma de amenizar os danos causados pelo garimpo irregular que foram ignorados pelo governo anterior.

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.jota.info/eleicoes/saiba-quem-sao-os-ministros-escolhidos-por-lula-02012023>> Acesso em 27 de março de 2023.



Acrescente-se a criação do Ministério dos Povos Indígenas sob a direção da Ministra Sônia Guajajara.

Ainda não houve pronunciamento do novo governo federal sobre o projeto nuclear em Itacuruba, mas se sabe que há um respeito aos povos indígenas e quilombolas e há uma consciência ambiental, vez que, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima está capitaneado pela Ministra Marina Silva, defensora ardorosa da preservação e da restauração ambiental.

# Considerações Finais

A ameaça nuclear à Itacuruba, a Pernambuco e ao Brasil que existiu no final dos anos 1980, foi retomada em 2011 e em 2021 ganhou uma dimensão ainda mais séria, vez que à pressão política se agregaram investidas jurídicas contra a Constituição do Estado de Pernambuco. Por outro lado, a mobilização plural em defesa dos povos indígenas e quilombolas e do meio ambiente reforçou a consciência da necessidade de reforçar a prática democrática.

Se num estado democrático nem sempre está garantido o respeito às minorias e ao meio ambiente, um governo antidemocrático tende a adotar uma pauta incompatível com essas temáticas.

A ofensa ao regime democrático representa uma violência contra a geração atual e contra as anteriores que lutaram pela democracia. Por outro lado, a agressão ao meio ambiente consubstancia uma violência que alcança as gerações vindouras que a torna ainda mais grave porque direcionada contra quem não pode se defender.

O estudo da questão da usina nuclear em Itacuruba sob o prisma da História dos Conceitos nos fez adentrar nos pensamentos da população para nele vislumbrar conceitos como traição e exílio no espaço de experiência e; medo e luta no horizonte de expectativas. Podemos extrair do repúdio ao intento nuclear em Itacuruba que a consciência ambiental dos povos tradicionais representa uma grande lição para todos os que atrelam a educação ambiental apenas à educação formal.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco, provavelmente, continuará o debate sobre a questão nuclear em solo pernambucano para o qual o presente livro procura contribuir.

No final de 2022 aconteceu a eleição presidencial que pode ensejar uma postura governamental mais democrática na discussão de temas tão relevantes. As primeiras ações do novo governo federal apontam para uma preocupação com a questão ambiental e um maior respeito aos povos indígenas e quilombolas. Se ainda haverá instalação de usina nuclear em Itacuruba ou noutra cidade pernambucana, não sabemos, cabe a nós a defesa de um

“desenvolvimento sustentável” que além de pensar no ser humano de hoje, resguarde os interesses das futuras gerações.

# Listagem do acervo e fontes

**Arcebispo e parlamentares buscam barrar usina nuclear no Sertão.** Publicado em Programa de Pós- Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. Amazônia, 2019. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/?p=1756>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

**DIOCESE DE FLORESTA (PE) PROMOVE LIVES SOBRE AS AMEAÇAS DA ENERGIA NUCLEAR.** Publicado no sítio eletrônico do Conselho Episcopal Regional Nordeste 2. Recife, 2019. Disponível em: [https://cnbbne2.org.br/diocese-de-floresta-pe-promove-lives-sobre-as-ameacas-da-energia-nuclear/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=dioces-e-de-floresta-pe-promove-lives-sobre-as-ameacas-da-energia-nuclear](https://cnbbne2.org.br/diocese-de-floresta-pe-promove-lives-sobre-as-ameacas-da-energia-nuclear/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=dioces-e-de-floresta-pe-promove-lives-sobre-as-ameacas-da-energia-nuclear). Acesso em 12 de dezembro 2022.

**Itacuruba recebe palestra sobre danos da usina nuclear.** Publicado no sítio eletrônico Jornalistas Livres. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/usina-nuclear-pe/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

**Marcha das Águas 2012 – Carta de Itacuruba: O POVO NÃO QUER USINA NUCLEAR!.** Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/06/06/marcha-das-aguas-2012-carta-de-itacuruba-o-povo-nao-quer-usina-nuclear/>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

**MELO, JAMILDO. PTB de Coronel Meira vai ao STF para viabilizar usina nuclear em Itacuruba.** Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2021/07/13020287-ptb-de-coronel-meira-vai-ao-stf-para-viabilizar-usina-nuclear-em-itacuruba.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

\_\_\_\_\_. **Igreja Católica anuncia que governo Paulo Câmara e OAB estarão juntos contra usina nuclear em Itacuruba.** Recife, 2019. Disponível em:



<https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2019/11/28/igreja-catolica-anuncia-que-governo-paulo-camara-e-oab-estarao-juntos-contr-usina-nuclear-em-itacuruba/index.html>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

**MOVIMENTO CONTRÁRIO A INSTALAÇÃO DAS USINAS NUCLEARES EM ITACURUBA ENTREGA CARTA AO GOVERNO PERNAMBUCANO.** Publicado em Petronotícias. Petrolina, 2019. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/movimento-contrario-a-instalacao-das-usinas-nucleares-em-itacuruba-entrega-carta-ao-governo-pernambucano/>. Acesso em 12 de dezembro 2021.

**O povo Pankará Serrote dos Campos e as Usinas Nucleares.** Publicado no portal do Conselho Indígena Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/04/o-povo-pankara-serrote-dos-campos-e-as-usinas-nucleares/>. Acesso em 11 de dezembro de 2021.

SANTOS, MARIA CAROLINA. **Itacuruba se mobiliza contra usina nuclear no sertão nordestino.** Recife, 2019. Disponível em: <https://marcozero.org/itacuruba-se-mobiliza-contr-usina-nuclear-no-sertao-nordestino/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

**Sertão de Itaparica: deputados reagem à construção de usina nuclear em Itacuruba.** Publicado no Portal da ALEPE. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2019/06/17/sertao-de-itaparica-deputados-reagem-a-construcao-de-usina-nuclear-em-itacuruba/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

**Teresa Leitão registra dez anos de pastoreio do arcebispo de Olinda e Recife.** Publicado no Portal da ALEPE. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2019/08/19/teresa-leitao-registra-dez-anos-de-pastoreio-do-arcebispo-de-olinda-e-recife/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

VALADARES, JOÃO. **Contra usina nuclear, índios buscam até o papa.** Disponível em: [https://www.jb.com.br/ciencia\\_e\\_tec/ecologia/2019/12/1020601-contr-usina-nuclear--indios-buscam-ate-o-papa.html](https://www.jb.com.br/ciencia_e_tec/ecologia/2019/12/1020601-contr-usina-nuclear--indios-buscam-ate-o-papa.html). Acesso em: 15 de agosto de 2022.

WHITAKER, CHICO. **Usina nuclear em Itacuruba: que venham as  
Cassandras!** São Paulo, 2021. Disponível em:  
[https://www.cartacapital.com.br/opiniao/usina-nuclear-em-itacuruba-  
quem-venham-as-cassandras/](https://www.cartacapital.com.br/opiniao/usina-nuclear-em-itacuruba-quem-venham-as-cassandras/). Acesso em 29 de dezembro de 2022.